

País quer acordo realista com FMI

BEATRIZ ABREU
e GECY BELMONTE

BRASÍLIA — O governo brasileiro somente poderá assinar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) se os diretores da instituição aceitarem negociar meta menos rigorosa para a inflação mensal. A cartilha do Fundo determina índices de cerca de 2% ao mês até o final do ano, o que é incompatível com a atual realidade brasileira. Apesar da adoção dos Planos Collor 1 e 2, a economia não está estabilizada, porque a inflação é resistente e a sociedade ainda convive com um elevado grau de incerteza que impede a equipe econômica de se comprometer com metas rígidas de inflação. Esse será o tom da conversa que a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, terão com o diretor-gerente do Fundo, Michael Camdessus, nesta semana, quando participam em Washington da reunião anual do FMI.

Nesse encontro, a ministra dará o passo inicial para tentar sensibilizar Camdessus para os problemas

da economia brasileira, que, comprovadamente, não se enquadra nos programas de ajustes bem sucedidos aplicados em países desenvolvidos. “É preciso que o Fundo nos dê um tempo para estabilizar a economia”, defende o negociador oficial junto aos bancos credores privados internacionais, embaixador Jório Dauster.

Segundo Dauster, o governo quer evitar as “soluções falsas” adotadas nos acordos anteriores e recuperar sua imagem no mercado financeiro internacional. O embaixador lembra que nos governos anteriores, como o Brasil enfrentava dificuldades para fechar suas contas externas, os acordos com o FMI eram assinados para resolverem problemas imediatos e serem descumpridos depois. As metas irrealistas se repetiram ao longo dos anos, afetando a credibilidade do País. “A situação hoje é delicada. A credibilidade do Brasil está extremamente desgastada”, afirma Dauster. Ele prevê uma negociação que coloque o País na linha da estabilidade econômica: “Nosso problema é definir com o Fundo um número para a inflação”, resume.

A estratégia, portanto, é tentar convencer os diretores do Fundo para que aceitem incluir na carta de intenção brasileira meta mais flexível para o comportamento da inflação. A mesma investida foi tentada sem êxito no ano passado. A equipe, porém, recorrerá a essa experiência fracassada para reforçar a tese de que apostar em uma queda rápida da inflação é o mesmo que tornar inviável o cumprimento do acordo. O ideal para o País, como admite o embaixador Dauster, seria o Fundo aceitar um acordo com metas apenas reais. Ou seja, que descontassem o efeito da inflação e fossem vinculadas ao Produto Interno Bruto (PIB).

Mas os problemas dessa negociação não param na inflação. É preciso explicar ao FMI as dificuldades do ajuste fiscal, que serviram inclusive para justificar a recomendação do Interagency Country Exposure Review Committee (IRCER), agência norte-americana que avalia os riscos de empréstimos a países devedores, para os bancos rebaixarem a classificação do Brasil.